



Por que a juventude deve se opor ao Programa Pé-de-Meia?

Combater a decomposição do ensino e a farsa imposta pelo governo Lula, levantando o programa de reivindicações que unifica os estudantes, trabalhadores da educação e demais explorados

O governo federal aprovou, no dia 16/1, a Lei Nº 14.818, que institui o chamado Programa Pé-de-Meia, por meio do qual os estudantes do ensino médio receberão, a partir de março, um incentivo financeiro, que pode chegar a R\$ 9.200 em três anos de estudo, considerando critérios como matrícula em escola da rede pública, frequência nas aulas, aprovação nas disciplinas e participação no ENEM. A cada ano será paga uma parcela de R\$ 200 pela matrícula, mais 9 parcelas também de R\$ 200, desde que obtida a frequência mínima de 80% das horas letivas, além de R\$ 1.000 pela conclusão/aprovação no ano. O estudante que comprovar a participação no ENEM receberá mais R\$ 200. Poderão participar jovens de famílias inscritas no Bolsa Família (deve-se realizar o Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico) e que tenham um CPF (Cadastro de Pessoas Físicas). Os participantes terão de participar do Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica). Alunos da EJA também serão contemplados, desde que tenham entre 19 e 24 anos.

Entre os objetivos do Programa, o governo elencou as seguintes metas: *“democratizar o acesso ao ensino médio”*; *“estimular a permanência”*; *“mitigar os efeitos das desigualdades sociais”*; *“reduzir as taxas de retenção, de abandono e de evasão escolar”*; *“contribuir para a promoção da inclusão social pela educação”*; *“promover o desenvolvimento humano”* e *“estimular a mobilidade social”* (Art. 2º). Como se vê, há um reconhecimento por parte do governo quanto ao fato do acesso e da permanência dos estudantes serem obstaculizados por inúmeros fatores. Em outras palavras, muitos abandonam os estudos sem concluir essa etapa de ensino, e mesmo para os que continuam cursando, os problemas enfrentados são muitos e são graves. Na retórica reformista do governo petista, porém, o “Pé-de-Meia” seria um mecanismo

para amenizar o efeito desses problemas.

É necessário enfatizar que a evasão está ligada às condições das famílias trabalhadoras, com altas taxas de desemprego e crescimento do subemprego. O salário mínimo oficial, de R\$ 1.412, é uma miséria. Somando os pobres e miseráveis brasileiros chega-se ao assombroso número de mais de 80 milhões de pessoas. As contrarreformas trabalhista e previdenciária, assim como a Lei da Terceirização, aprovadas nos governos de Temer e Bolsonaro, não foram revogadas por Lula/Alckmin e continuam massacrando a vida de milhões de trabalhadores, retirando direitos históricos. Dados do IBGE divulgados em dezembro de 2023 revelam que 10,9 milhões de jovens nem estudam, nem trabalham.

Estão aí expostos alguns dos aspectos que compõem a tétrica situação que recai sobre a juventude. Esta é obrigada a se submeter ao trabalho precário, que impede combinar a jornada no emprego com os estudos. Para piorar, há uma política de ataque aos cursos noturnos, principalmente à EJA, o que leva à exclusão do aluno-trabalhador. O ensino integral também tem provocado uma massiva onda de fechamento dos cursos noturnos. No chão de escola prevalece a violência e o autoritarismo. Em suma, a precarização está presente em todos os aspectos, como a infraestrutura, a formação de professores, as condições de trabalho de docentes e funcionários, entre outros.

Além desses elementos, é preciso considerar o desinteresse dos jovens por um ensino falido. A verdade é que a juventude não vê nos estudos uma perspectiva de melhoria das condições de vida. A escola se encontra completamente desvinculada da realidade. O capitalismo impôs a separação entre o trabalho manual e o intelectual, en-

tre a teoria e a prática, e esse divórcio só se amplia a cada dia. O ensino a distância (EaD), que tem avançado a despeito de todas as experiências negativas, em especial a realizada durante a Pandemia, aprofunda essa separação, além de golpear o caráter coletivo que deve ter o processo de ensino e aprendizagem. O fracasso do Novo Ensino Médio (NEM) é outro fator que reforça a precarização da Educação. Vale lembrar que o governo petista já se colocou contra a revogação integral do NEM – bandeira que acaba de ser reafirmada pela CONAE (Conferência Nacional de Educação), em que pese esse fórum estar comprometido pelo governismo das direções sindicais. O NEM possui uma essência privatista e não pode ser “remendado”, é expressão de uma política da burguesia contra a Educação pública.

O que se revela a partir desse conjunto de fatores, portanto, é que as causas da evasão escolar são muito mais profundas do que o governo faz parecer. Suas raízes se encontram na falência geral do ensino e na decomposição da sociedade burguesa. O capitalismo em crise tem impulsionado a miséria e a fome, as doenças e as guerras. O fenômeno da superprodução impede o entroncamento entre a ciência e a produção social, sob a pena de potencializar a quebra econômica. O capitalismo necessita, ao contrário, destruir forças produtivas, como fez na Primeira e na Segunda Guerra Mundial, e como está fazendo atualmente na Ucrânia e na Palestina. A falácia de que a juventude necessita de “formação” para poder ingressar no mercado de trabalho é evidente. Não há emprego para os jovens, porque o capitalismo da época imperialista sobrevive alastrando a barbárie por toda a parte. A concorrência impulsiona cada capitalista, de forma anárquica, a aplicar os meios tecnológicos que estão ao seu alcance, mesmo que isso signifique submeter milhões de trabalhadores, muitos deles jovens, à chaga do desemprego – e mesmo que isso signifique também aprofundar o fenômeno da superprodução.

É por isso que o movimento estudantil deve ser contra todas as medidas dos governos e da burguesia que alimentem a ilusão em uma melhora gradual em suas condições de ensino e de vida, desviando a juventude oprimida do combate à raiz de seus problemas. O movimento estudantil deve tomar como ponto de partida a luta por suas reivindicações elementares, por suas necessidades imediatas, como forma de impulsionar o combate em unidade com o conjunto dos oprimidos,

com os métodos históricos da classe operária, como a greve, as ocupações, os bloqueios de avenida, as passeatas massivas etc. O movimento deve ainda fazer a ligação entre as reivindicações elementares e a luta geral pela superação da raiz de toda a barbárie, que é o capitalismo.

Acontece que as direções estudantis se manifestaram a favor da política assistencialista do governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin. A direção da UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), na figura de sua presidente, participou da cerimônia de divulgação do Programa à mídia, ocorrida no dia 26/1, tendo publicado no perfil do Instagram da entidade que se tratava de uma “grande vitória dos estudantes”. A CUT também se pronunciou, por meio de uma matéria em seu site, na qual o seu secretário de Cultura, José Celestino Lourenço, indicou que se tratava de um “avanço” - embora tenha feito um aparte supostamente crítico, afirmando que “a educação brasileira como um todo precisa passar por um processo de reconstrução, e isso se faz também com verbas maiores para que se atenda a todos os estudantes”. E o que explica essa atitude das direções estudantis e sindicais? São direções governistas, ligadas ao PCdoB, no caso da UBES (também da UNE e outras entidades), e ao próprio PT, no caso da CUT.

Os estudantes necessitam que suas entidades estejam sob a direção de uma política de independência de classe, ao contrário do que acontece hoje. O PCdoB e o PT já deram mostras suficientes do burocratismo e do papel conciliador que desempenham na direção dos organismos de massa dos oprimidos. O Partido Operário Revolucionário chama a vanguarda com consciência de classe e o conjunto dos estudantes a rechaçarem o Programa assistencialista Pé-de-Meia, e a lutar por uma nova direção, classista e revolucionária, para o movimento estudantil. Chama os estudantes conscientes a lutarem pelo sistema único de educação, público, gratuito, científico e voltado à produção social. O que implica travar um combate pela estatização de toda rede privada de ensino e pelo controle de quem estuda e trabalha. Esse programa para a educação somente pode ser defendido com os métodos próprios dos explorados. Chama os estudantes a erguerem a bandeira: nem um jovem sem trabalho, nenhum jovem fora das escolas. ■

Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

